



**BANCO CENTRAL DO BRASIL**

**Belém (PA), 18 de setembro de 2015.**

**Discurso do Diretor de Relacionamento Institucional e  
Cidadania do Banco Central do Brasil, Luiz Edson Feltrim,  
sobre Cooperativismo e o Desenvolvimento Sustentável na  
Sicoob Central Unicoob.**

É com satisfação que participo da Solenidade de Abertura do evento **“Cooperativismo e o Desenvolvimento Sustentável”** promovido pelo Sicoob Central Unicoob, tema apropriado a este momento em que na agenda ONU para os próximos 15 anos são estabelecidos os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, e completamente alinhado ao sétimo princípio cooperativista, o *interesse pela comunidade*, segundo o qual as cooperativas devem “trabalhar pelo desenvolvimento sustentado de suas comunidades através das políticas aprovadas pelos seus membros”.

Parabenizo o Sicoob pela iniciativa de “fusão” das Centrais do Paraná e do Pará, que dá origem ao Sicoob Central Unicoob<sup>1</sup>, motivo deste encontro. Minha expectativa é que a experiência bem sucedida no Paraná possa ser transferida para esta região, permitindo maior penetração do cooperativismo de crédito, ampliando a participação do cooperativismo e alcançando maior participação no Sistema Financeiro local.

Em particular, me entusiasma a experiência do Sicoob Paraná com o cooperativismo de micro e pequenos empresários, que muito poderá beneficiar o desenvolvimento da região Norte. De fato, é muito importante a ampliação do financiamento às pequenas e médias empresas, por seu potencial de geração de emprego e renda e por seu potencial que pode desempenhar de forma complementar nas cadeias de produção.

Não por acaso, o Sicoob Unicoob está presente hoje em quase 150 municípios que compõem sua área de atuação, nos quatro estados num país de proporções continentais, o que seguramente implica vários desafios à Central, particularmente quanto à homogeneidade de práticas e à flexibilidade necessária para a atuação em regiões com perfis socioculturais distintos, mas com a mesma língua, o que simplifica a comunicação.

---

<sup>1</sup> Paraná, Santa Catarina, Pará e Amapá. Total de 20 cooperativas e 214 agências. São 4 cooperativas originárias do Pará e Amapá (Sicoob Unidas, Credempresa, Coimppa e Cooesa).

O Banco Central sabe da importância do cooperativismo de crédito para o Brasil. Reconhecemos que, muito além de oferecer produtos e serviços financeiros aos seus associados, o cooperativismo tem a missão de trabalhar para o desenvolvimento regional onde atua, além de cumprir papel de inclusão financeira em função de sua capilaridade e de competitividade com o sistema bancário. A promoção da educação financeira aos cooperados enquanto se mantém uma equipe competente, apta a atuar com excelência técnica e operacional em seus negócios são também pré-requisitos para uma cooperativa de crédito bem sucedida, como vimos defendendo já há alguns anos.

O sistema cooperativista evoluiu rapidamente nos últimos anos. Em 2010, contava com pouco mais de 4 milhões de cooperados, sendo que este número saltou para 7,5 milhões no fim de 2014, segundo projeções da OCB. No mesmo período, o patrimônio líquido, ativos, depósitos e operações de crédito cresceram para além dos 100%. Sua rede se aproxima dos 5.500 pontos de atendimento. E estamos falando de um período desafiador para a economia brasileira.

O crescimento do setor cooperativista tem sido amparado por uma base de regulação e supervisão consistentes, sempre buscando o equilíbrio entre direitos e obrigações dos entes regulados. O Banco Central, por defender e acreditar na importância do sistema cooperativista de crédito, trabalha para que a evolução do setor contribua para alcançar um sistema financeiro sólido e eficiente enquanto propicia o ganho de escala e de escopo pelas cooperativas – ganhos esses bem ilustrados pelos resultados do Sicoob Unicoob que temos testemunhado nos últimos anos.

Até aqui, avançamos sobremaneira com a regulação das cooperativas. Desde a Resolução 1.914, de 1992, primeira intervenção regulatória estruturante, muito temos trabalhado para contribuir para a evolução do setor, com mais de uma dezena de resoluções resultante do processo de amadurecimento e profissionalismo do setor que tem melhorado, sensivelmente, sua governança. Em linhas gerais, podemos mencionar: a criação dos bancos cooperativos e as

cooperativas de livre admissão. Cabe destacar a importância do papel do Gustavo Loyola que, em 1992, era Diretor de Regulação, e em 1995, ocupava a Presidência do Banco Central, quando esses dois normativos foram institucionalizados.

Cite-se ainda a criação do FGCoop, que permite aos cooperados o mesmo nível de proteção e segurança oferecido pelo setor bancário aos seus depositantes.

Ciente de que já foi percorrido um bom e sólido caminho, o Banco Central, na pessoa de seu Presidente, Alexandre Tombini, lançou no último dia 5 de agosto, durante o Seminário “Novo Ciclo do Cooperativismo de Crédito”, o desafio de superação da marca dos 10 milhões de cooperados nos próximos anos, pelo setor, e espero que esse alvo seja atingido até fins de 2016. Nosso objetivo é fazer com que o cooperativismo de crédito seja lançado a outro patamar em termos de sua abrangência e representatividade no Sistema Financeiro Nacional.

Esse novo ciclo teve início com a publicação da Resolução 4.434/15, que introduz nova estrutura para as cooperativas de crédito, alinhada com o perfil de risco dessas instituições, e é mais um avanço em função do amadurecimento e profissionalismo do setor a que me referi anteriormente. A nova resolução propõe dar ao grupo fundador ou à assembleia geral a liberdade de determinar o quadro associativo que mais se ajusta a seus interesses, necessidades e particularidades, cabendo ao Banco Central enquadrar as cooperativas ao grau de risco que elas incorram, e a aplicação do regime prudencial correspondente.

Podem estar certos: para completarmos a regulamentação do novo ciclo para o cooperativismo, mais está por vir. Está em estágio avançado de discussão nos setores técnicos do Banco Central, Ministério da Fazenda e Ministério do Planejamento, com vistas à apreciação pelo Conselho Monetário Nacional, a regulamentação que foi objeto de duas consultas públicas lançadas no VI

Fórum Banco Central sobre Inclusão Financeira, em Florianópolis, no ano passado:

- 1) Constituição e funcionamento das cooperativas garantidoras de crédito. Além de remover um dos grandes obstáculos ao desenvolvimento do segmento de micro e pequenas empresas no Brasil, vislumbra-se a abertura de um grande mercado para o desenvolvimento mais vigoroso do cooperativismo.
- 2) Novo modelo para as atividades da “Entidade de Auditoria Cooperativa”, permitindo que as EACs realizem auditoria cooperativa interna e de gestão, ampliando desta forma os canais de especialização e integração das atividades de auditoria cooperativa com as de supervisão desempenhadas pelo Banco Central.

Estamos muito confiantes que o cooperativismo de crédito será propulsionado pela nova regulamentação e suas novas possibilidades de negócios.

Já que estamos falando de “desenvolvimento sustentável”, permitam-me concluir contando-lhes que estamos trabalhando, nos últimos três anos, com projetos e iniciativas relacionados ao conceito de “cidadania financeira”, sedimentado no princípio de que devemos não apenas incluir o cidadão ao Sistema Financeiro, mas educá-lo financeiramente para que bem utilize os recursos à sua disposição, e assim empoderá-lo para o pleno exercício de seus direitos e deveres junto ao Sistema Financeiro. Estamos muito entusiasmados com os frutos colhidos até aqui, com resultados bastante promissores, obtidos em parceria com instituições públicas e privadas.

O cooperativismo de crédito, por sua natureza, é parte integrante deste processo, de olhar o seu cooperado não como mais um cliente, mas como um cidadão e parceiro fundamental no desenvolvimento de seus negócios e da economia local, contribuindo para a efetividade da cidadania financeira.

Muito obrigado.

